

Testemunhas não aparecem na CPI do salário de secretária

Uma delas alegou problema de saúde. Depoimentos serão remarcados

Juliano Piasentin

juliano.piasentin@gruposinos.com.br

Novo Hamburgo - As duas testemunhas convocadas para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os salários da secretária da Fazenda de Novo Hamburgo, Michele Vargas Antonello, não compareceram à sessão de quinta-feira (6).

Ex-secretária de Gestão, Governança e Desburocratização, Andrea Schneider Pascoal apresentou atestado médico, enquanto a servidora da Prefeitura de Santa Maria, Bruna Vizzotto Barcellos, teve a ausência justificada pelo Executivo do município.

Conforme a presidência da CPI, Andrea encaminhou um documento informando que passou mal na tarde de quarta-feira (5), precisou de atendimento médico e, por isso, não teria condições de comparecer. Atualmente, Andrea é titular da Secretaria de Transparência, Desburocratização, Modernização e Desenvolvimento Econômico no município de Portão. A assessoria da secretária comunicou que, desde a madrugada de terça-feira (4), ela esteve in-

ternada no Pronto Atendimento da Doctor Clin, sendo transferida na noite de quarta-feira (5) para o Hospital Regina. Na quinta-feira continuava realizando exames e atendimentos clínicos. Andrea informou que assim que estiver recuperada vai comparecer presencialmente na CPI, visando esclarecer os fatos referentes à situação contratual da secretária Michele.

Já Bruna não participou da sessão após manifestação do procurador do município de Santa Maria, que alegou que a servidora poderia ser exposta ao prestar depoimento. Em ofício encaminhado à comissão, a prefeitura informou que não enviaria a testemunha, mas que fornecerá toda a documentação solicitada pelos vereadores.

Apesar das ausências, os trabalhos da CPI foram mantidos na Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo.

Novo cronograma

As ausências causaram mudanças no calendário da

CPI. Andrea solicitou a remarcação da oitava, enquanto Bruna se pronunciou por meio da Procuradoria-Geral de Santa Maria, afirmando que seria exposta na comissão.

Como alternativa, os vereadores que participam da CPI solicitaram o reagendamento de ambos os depoimentos para o dia 20 de agosto, tendo em vista que Felipe Kuhn Braun (PSDB) havia notificado os colegas de que não poderia participar da reunião na próxima quinta-feira (13). Andrea vai conceder o seu depoimento presencialmente no plenário do Legislativo e Bruna o fará de maneira remota, já que está grávida e os mais de 400 quilômetros entre ida e volta podem causar desconforto.

Foi definida ainda a convocação do ex-procurador-geral de Novo Hamburgo, Vanir de Mattos, que atualmente ocupa a função de assessor especial do prefeito Gustavo Finck (PP), para 3 de setembro. Na mesma data, Felipe Leal Marku-

sons, subprocurador-geral e que responde pela Procuradoria-Geral do Município (PGM) desde a saída de Vanir, será ouvido.

A substituta de Andrea Schneider na Secretaria de Gestão, Governança e Desburocratização, Daiana Monzon, também foi convocada, mas ainda sem data marcada para comparecer na Câmara.

Salário duplo

A comissão apura os pagamentos recebidos por Michele. Conforme o Portal da Transparência de ambos os municípios, até meados de julho, a secretária recebia integralmente os vencimentos como servidora concursada de Santa Maria e como secretária da Fazenda de Novo Hamburgo, totalizando R\$ 14,7 mil no Vale do Sinos e R\$ 5,3 mil na cidade da região Central do Estado.

A Prefeitura de Novo Hamburgo nega irregularidades, mas suspendeu recentemente a integralidade dos pagamentos após uma revisão interna baseada em parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município.



Andrea Pascoal



Ex-servidora de Estância condenada por improbidade

Estância Velha - Uma ex-servidora pública da Prefeitura de Estância Velha foi condenada por improbidade administrativa. A investigação apontou que, entre fevereiro de 2020 e dezembro de 2021, a ré acessou os sistemas do executivo municipal para obter vantagens patrimoniais indevidas e receber valores superiores à sua remuneração.

De acordo com o Ministério Público (MPRS), a ação foi fundamentada no inquérito civil e em parecer técnico contábil que identificou uma diferença de R\$ 221.950,63 entre os valores que a servidora deveria ter recebido e os montantes efetivamente creditados em sua conta bancária no período analisado.

Para além de receber

valores indevidos, a servidora quitava parcelas de empréstimos consignados sem os correspondentes descontos em folha e outras manipulações relacionadas a benefícios financeiros. A ex-servidora foi condenada ao ressarcimento integral do dano causado ao município, no valor de R\$ 221,9 mil, e ao pagamento de multa civil no mesmo valor. Ainda,

ela teve os direitos políticos suspensos por 12 anos e está proibida de receber benefícios ou incentivos fiscais pelo mesmo período.

Além disso, foi decretada a perda de eventual função pública que venha a ocupar após o trânsito em julgado da decisão. Os valores recuperados deverão ser revertidos ao Município de Estância Velha.

Deputado estadual tem mandato suspenso

O deputado estadual Valdir Bonatto (PSD), que vai concorrer à reeleição em outubro, teve a suspensão imediata do seu mandato determinada pela Justiça Eleitoral. A decisão em caráter liminar do TRE reconheceu indícios de infidelidade partidária

do político, que trocou de partido antes da abertura da janela partidária. O documento também determina que a Assembleia Legislativa dê posse provisória à ex-deputada Zilá Breitenbach (PSDB), que deverá ocupar a vaga no Legislativo até o julgamento

definitivo da ação.

A ação é fruto de um questionamento do PSDB, partido pelo qual Bonatto foi eleito em 2022 com 48,4 mil votos. No entanto, em janeiro, antes da abertura da janela que permite a mudança de partido, o parlamentar optou por deixar

os tucanos e migrou para o PSD. O objetivo era concorrer a prefeito em eleição suplementar no município de Viamão.

O julgamento da ação está marcado para o dia 17 de agosto no TRE, quando será definido se a liminar será confirmada ou não.

Daniel Scola

abcmails.com.br/danielscola

danielscola1401@gmail.com

@danielscola no Instagram



Flávio escolhe vice mirando no desgaste de Lula com o INSS

Sem apoio da federação de partidos (PP e União Brasil) e sem a uma mulher como vice que ele queria, Flávio Bolsonaro confirmou seu vice. Ele será o deputado Alfredo Gaspar, também do PL. Muitos brasileiros devem lembrar dele como relator da CPI do INSS. Aquela que depois de sete meses acabou em nada. O relatório do deputado pediu o indiciamento de várias pessoas, entre elas Lulinha. Parlamentares votaram contra, alegando uso político da comissão. A escolha de Flávio indica que vem aí artilharia pesada contra o Lula em seu ponto fraco.

DIVULGAÇÃO



Flávio Bolsonaro e o candidato a vice, Alfredo Gaspar

O teto de vidro do vice

O agora vice de Flávio também vai enfrentar artilharia pesada do lado petista. Pesa contra ele suspeita de estupro de vulnerável e desvio de emendas de R\$ 6 milhões, segundo apontamento do Tribunal de Contas da União.

Empréstimo suspeito

“Quem aqui nunca pediu empréstimo a um amigo?”, foi assim que Lula respondeu, durante reunião fechada, às suspeitas de que seu braço direito e agora ex-coordenador de campanha, Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, pediu empréstimo a uma empresa investigada por envolvimento no golpe contra a previdência. Lula só pode estar debochando da inteligência do brasileiro. Muita gente já pediu empréstimo, mas ninguém honesto pede para uma amiga acusada de envolvimento com o golpe do INSS. Por que ele optou por pedir empréstimo a uma amiga e não num banco?

Munição para Flávio

O rombo do INSS já tinha atingido um familiar, agora chega à antessala de Lula. Antes de ser coordenador da campanha, Marcola era chefe de gabinete de Lula. Na época do Mensalão, Lula dizia que não sabia de nada e estava se sentindo traído pelos aliados. Será que ele vai recorrer à mesma justificativa fajuta? Com certeza a oposição não vai deixar.

Candidato Renan Santos enterra a democracia

Goste ou não, lei é pra ser cumprida. Com muita frequência decisões judiciais nos desagradam e isso faz parte da democracia. Numa sabatina, o candidato Renan Santos (Missão) disse que não vai cumprir decisões “ilegais”. Como assim “ilegais”? Ele tem todo o direito de não gostar e quem não gosta pode recorrer. Mas não cumprir passa um péssimo recado ao eleitor.